



Grupo Caixa Geral de Depósitos

CGD PENSÕES

Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 2007

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS E AUDITORES.....	2
ESTRUTURA ACCIONISTA	2
ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO	3
1. EVOLUÇÃO ECONÓMICA	3
2. MERCADO DE CAPITAIS	10
3. MERCADO IMOBILIÁRIO	12
A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES EM PORTUGAL.....	15
ACTIVIDADE DA CGD PENSÕES.....	16
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS.....	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20

EM ANEXO:

MAPAS CONTABILÍSTICOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – NOTAS EXPLICATIVAS

RELATÓRIO ANUAL DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

ÓRGÃOS SOCIAIS E AUDITORES

Assembleia Geral

Presidente	Caixa Geral de Depósitos Dr. José Joaquim Berberan e Santos Ramalho
Vice-Presidente	Dr. Hernâni da Costa Loureiro
Secretário	Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Conselho de Administração

Presidente	Dr. João Eduardo de Noronha Gamito Faria
Vice-Presidente	Dr. Henrique Pereira Melo
Administrador	Dr. António Francisco de Araújo Pontes
Administrador	Dr. Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Administrador	Dr. António Manuel Gutierrez Caseiro

Órgão de Fiscalização (Fiscal único)

Efectivo	Deloitte & Associados, SROC, SA, <i>representada pela</i> Dr.ª Maria Augusta Cardador Francisco
Suplente	Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

ESTRUTURA ACCIONISTA

A CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A., através da sua participada Caixa Gestão de Activos, SGPS, SA é detentora da totalidade do capital social da CGD PENSÕES – SGFP, S.A..

ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO

1. EVOLUÇÃO ECONÓMICA

Conjuntura Internacional

O enquadramento económico internacional caracterizou-se, na primeira metade de 2007, pela manutenção das tendências observadas em 2006, nomeadamente por um crescimento robusto da actividade económica e comércio mundiais, num contexto de políticas monetárias menos acomodáticas e de condições globalmente favoráveis nos mercados financeiros. A partir de meados do ano, este quadro alterou-se de forma significativa, na sequência da crise do crédito *subprime* nos Estados Unidos, que se traduziu numa forte deterioração da confiança dos investidores, escassez de liquidez nos mercados monetário e de crédito e consequente aumento dos *spreads* praticados, factores que condicionaram a condução da política monetária nas principais economias do Globo.

Indicadores Económicos

	Taxas de variação (em %)					
	PIB		Inflação		Taxa de Desemprego	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007
União Europeia (25)	2,9	2,9	2,2	2,3	7,6	6,8
Área do Euro	2,6	2,7	2,2	2,1	7,8	7,2
Alemanha	2,9	2,5	1,8	2,3	9,0	7,8
França	2,0	1,9	1,9	1,6	8,8	7,8
Reino Unido	2,8	3,1	2,3	2,3	5,4	5,3
Espanha	3,9	3,8	3,6	2,8	8,2	8,6
Itália	1,9	1,9	2,2	2,0	6,5	5,9
EUA	2,9	2,2	3,2	2,8	4,5	5,0
Japão	2,2	1,9	0,2	0,0	4,1	3,8
Rússia	6,7	7,0	9,0	8,0		
China	11,1	11,2	2,0	5,7		
Índia	9,7	8,9	6,7	4,9		
Brasil	3,7	4,4	3,1	4,0		

Fonte: Comissão Europeia - Previsões Económicas do Outono 2007; Eurostat; OCDE - Economic Outlook - Novembro 2007.

Em termos globais, apesar da crise mencionada, o ritmo da actividade mundial manteve-se elevado em 2007, tendo o PIB expandido a uma taxa de 4,9%, embora em desaceleração face ao observado em 2006 (5,4%). Esta evolução foi sustentada pelo dinamismo das economias de mercado emergentes e

em desenvolvimento, em particular da China, Índia e Rússia, com taxas de crescimento do PIB de respectivamente, 11,2%, 8,9% e 7%, mas também das economias do Médio Oriente e de algumas economias africanas. Em contraste, o crescimento do PIB das economias mais avançadas registou na generalidade um abrandamento, reflectindo sobretudo a desaceleração da actividade nos Estados Unidos e, em menor grau, na área do Euro e no Japão.

Nos Estados Unidos, a evolução da actividade económica continuou a ser condicionada pela queda do investimento residencial, num quadro de deterioração crescente do mercado habitacional e de dificuldades no mercado hipotecário. O crescimento reduziu-se significativamente de 2,9% em 2006 para 2,2% em 2007, reflectindo uma queda do investimento total determinada pela componente residencial e um crescimento do consumo privado próximo do registado em 2006.

Face à esta tendência de desaceleração e com o objectivo de mitigar os efeitos adversos do aperto das condições de crédito no mercado de habitação e no crescimento da economia em geral, a Reserva Federal dos EUA reduziu, no último trimestre de 2007, a taxa de referência dos *fed funds* por três vezes, totalizando uma descida de 100 p.b., de 5,25% para 4,25%. Já em 22 e 30 de Janeiro de 2008, procedeu a novos cortes daquela taxa de 75 p.b. e 50 p.b., respectivamente, fixando-a em 3%. Os bancos centrais de outras economias importantes, por sua vez, adoptaram também medidas, muitas delas concertadas, no sentido de assegurar o normal funcionamento dos respectivos mercados monetários, destacando-se as fortes injeções de liquidez no mercado monetário por parte do Banco Central Europeu para restringir os efeitos da instabilidade e evitar uma maior subida das taxas Euribor.

Também o ano de 2007 ficou marcado pela persistência de níveis elevados dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais, para o que contribuiu a manutenção de uma forte procura mundial originada pelo elevado ritmo de crescimento da actividade em algumas economias, designadamente de mercado emergentes e em desenvolvimento. No caso do petróleo, os preços atingiram máximos históricos, com o preço médio mensal do barril do *brent (spot)* a atingir USD 91 em Dezembro de 2007 (USD 62,32 em Dezembro de 2006). Em termos médios anuais, em 2007 o preço do barril do *brent* aumentou 11% face ao valor médio de 2006. Contudo, quando avaliado em euros, a subida foi de apenas 2% devido à valorização do euro em relação ao dólar americano ao longo do ano. Igualmente, o aumento significativo dos preços das matérias-primas alimentares em 2007 reflectiu a procura acrescida deste tipo de produtos.

Nos mercados accionistas, apesar da situação de instabilidade financeira, expressa no aumento da volatilidade, os principais índices bolsistas mostraram valorizações no conjunto do ano, com destaque para os índices americanos Dow Jones, Nasdaq e S&P500 que registaram subidas de 6,6%, 9,8% e 3,5%, respectivamente e, na Europa, os índices DAX, IBEX 35 e PSI-20 que se valorizaram em 22,3%, 7,3% e 16,3%, respectivamente.

Conjuntura Europeia

Nos países membros da União Europeia e da área do Euro, a actividade económica em 2007 cresceu 2,9% e 2,7%, respectivamente, contra as taxas de 3% e 2,8% registadas em 2006.

Contudo, a economia europeia mostrou um comportamento diferenciado ao longo de 2007. Na primeira metade do ano, a actividade económica cresceu a um ritmo semelhante ao registado no conjunto de 2006, suportado pela expansão da procura interna, a qual, apesar da desaceleração verificada no consumo privado, beneficiou do elevado dinamismo do investimento. Na segunda metade de 2007 verificou-se uma ligeira desaceleração do ritmo de expansão, reflectindo as perturbações observadas nos mercados financeiros que deram origem a condições de financiamento mais restritivas e a uma maior incerteza.

Indicadores Económicos da União Europeia e Área do Euro

	(em %)			
	União Europeia		Área do Euro	
	2006	2007	2006	2007
Taxas de variação (em %)				
Produto Interno Bruto (PIB)	3,0	2,9	2,8	2,7
Consumo privado	2,2	2,3	1,8	1,7
Consumo público	2,0	2,0	1,9	2,0
FBCF	5,9	5,6	4,8	4,7
Procura Interna	3,0	3,0	2,6	2,5
Exportações	8,7	6,3	7,8	5,8
Importações	8,7	6,3	7,5	5,3
Taxa de Inflação (IHPC)	2,2	2,3	2,2	2,1
Rácios				
Taxa de desemprego	7,6	6,8	7,8	7,2
Saldo do Sector Púb. Adm. (em % do PIB)	-1,6	-1,1	-1,5	-0,8

Fonte: Comissão Europeia, Previsões Económicas do Outono 2007; Eurostat.

A Espanha e a Alemanha apresentaram taxas de crescimento elevadas (3,8% e 2,5%, respectivamente), enquanto nas economias francesa e italiana, a actividade continuou a apresentar um ritmo de crescimento mais fraco (1,9%) e, em contraste, no Reino Unido a actividade acelerou de 2,8% para 3,1%, em 2007. O crescimento da actividade nestas economias assentou em especial na procura interna, com excepção da Alemanha, onde o contributo das exportações líquidas foi superior ao da procura interna, reflectindo a desaceleração do consumo privado resultante do impacto do aumento da tributação indirecta na Alemanha (agravamento da taxa do IVA de 16% para 19% a partir de 1 de Janeiro de 2007).

O BCE voltou a aumentar as taxas de juro de referência em 25 p.b. por duas vezes, em Março e em Junho, para 4%, tendo em conta as fortes pressões inflacionistas, no quadro da elevada expansão do crédito e da moeda, com riscos para o objectivo de estabilização de preços a médio prazo. Em Agosto e Setembro, no contexto da turbulência dos mercados financeiros, o BCE, à semelhança de outros bancos centrais, realizou um conjunto de operações de cedência de fundos no mercado monetário, de forma a assegurar o seu funcionamento regular. Estas medidas contribuíram para alguma normalização das condições de liquidez nos prazos muito curtos, verificando-se, no entanto, aumentos acentuados das taxas de juro dos mercados monetários para os prazos superiores a 1 mês. As taxas de juro bancárias relativas a saldos das operações activas têm aumentado em linha com as taxas de juro do mercado monetário, embora com o habitual desfasamento temporal.

A taxa média de inflação (medida pelo IHPC – Índice Harmonizado dos Preços no Consumidor) foi, em 2007, de 2,3% no espaço da União Europeia e de 2,1% na área do Euro, contra 2,2% em 2006.

A taxa de desemprego observou uma significativa redução de 7,6% para 6,8% na União Europeia e de 7,8% para 7,2% na área do Euro, beneficiando da evolução favorável da actividade económica e da situação nos mercados de trabalho.

O bom desempenho da actividade económica proporcionou também progressos na área das finanças públicas, com a redução do défice orçamental na UE de 1,6% do PIB em 2006 para 1,1% em 2007 e, na área do Euro, de 1,5% para 0,8%, o que representa o nível mais baixo atingido desde há muitos anos.

Conjuntura Nacional

A economia portuguesa registou em 2007 um crescimento real do Produto Interno Bruto de 1,9%, valor que reforça a recuperação já verificada no ano anterior (1,2%), estimando-se que para 2008 alcance um valor de 2,2%. Este crescimento, que se encontra ainda abaixo da média da União Europeia, assentou principalmente nos bons desempenhos da exportação de bens e serviços e do investimento das empresas, condicionado embora, por factores tanto externos como internos. Entre os primeiros, há que referir a crescente integração de economias emergentes no comércio mundial, as subidas nas taxas de juro, sobretudo no 1º semestre do ano, o aumento do preço do petróleo e a progressiva apreciação do euro. A estes condicionalismos juntou-se a turbulência nos mercados financeiros internacionais, gerada pela crise no mercado hipotecário nos Estados Unidos (*subprime*), cujos efeitos futuros sobre a economia real não estão totalmente identificados. Em paralelo, continuou a verificar-se a correcção de alguns dos desequilíbrios da economia portuguesa, sobretudo no âmbito do processo de ajustamento das contas públicas.

Indicadores da Economia Portuguesa

	(em %)		
	2005	2006	2007
PIB (Taxas de variação real)	0,4	1,2	1,9
Consumo Privado	1,7	1,2	1,2
Consumo Público	1,9	-0,2	0,0
FBCF	-2,6	-3,1	2,6
Procura Interna	0,6	0,1	1,2
Exportações	1,0	9,3	7,0
Importações	1,6	4,3	4,1
Taxa de Inflação (IPC)	2,3	3,1	2,5
Rácios			
Taxa de Desemprego (1)	7,6	7,7	(2) 8,0
Balança Corrente e Balança de Capital (em % do PIB)	-8,1	-7,6	-8,2
Défice do SPA (em % do PIB)	-6,0	-3,9	-2,9
Dívida Pública (em % do PIB)	64,0	67,4	64,4

Fonte: Banco de Portugal - Boletim Económico/Outono 2007 e Boletim Económico/Inverno 2007; INE.

(1) Valor médio anual.

(2) (1º trimestre 2007 = 8,4%; 2º trimestre 2007 = 7,9%; 3º trimestre 2007 = 7,9%).

A procura interna registou uma evolução positiva, favorecida, em especial, pelo crescimento do investimento, mantendo o consumo privado a taxa de variação verificada em 2006, o que reflectiu o elevado nível de endividamento das famílias e a subida significativa das taxas de juro, na primeira metade do ano.

O investimento (FBCF), sobretudo o da vertente empresarial, apresentou um crescimento de 2,6%, após as sucessivas variações negativas desde 2002 (com excepção para o ano de 2004, com +0,2%), evolução que acompanhou a melhoria dos níveis de confiança dos investidores, em particular na indústria transformadora, bem como o crescimento nos índices de novas encomendas à indústria, particularmente de bens de investimento.

No tocante à procura externa, a recuperação registada pelas exportações, que progrediram cerca de 7%, foi apoiada pelo maior dinamismo das economias da União Europeia, espaço que recebeu em 2007 cerca de 77% das exportações portuguesas. As importações, por seu turno, aumentaram a um ritmo inferior (cerca de 4,1%), beneficiando o saldo da balança comercial. Apesar desta evolução, considerando o saldo das balanças corrente e de capital e respectivo peso no PIB, o mesmo terá registado um ligeiro agravamento de -7,6% para -8,2% em 2007, com efeitos negativos no financiamento global da economia.

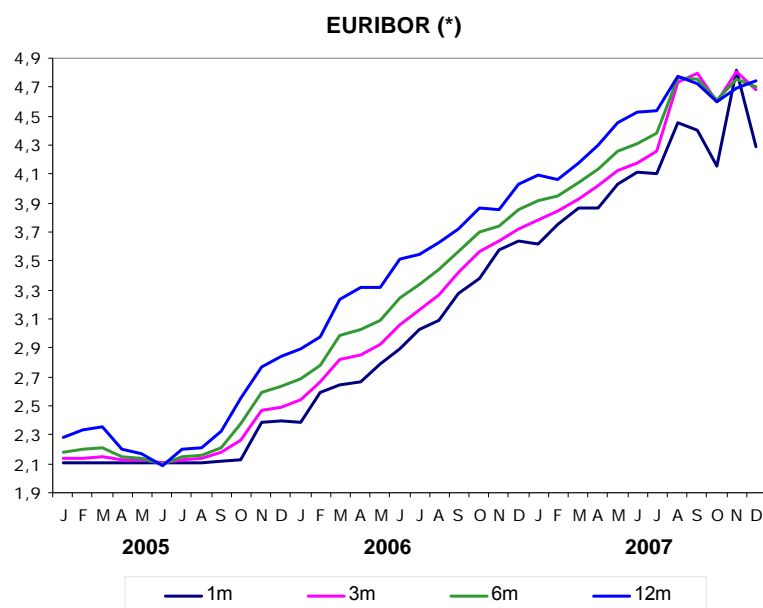
A taxa de inflação (IPC - Índice de Preços no Consumidor) observou, em média anual, um crescimento de 2,5%, abaixo do valor registado no ano transacto (3%), movimento que reflecte uma desaceleração, face ao ano anterior, sobretudo motivada pelos preços dos bens energéticos.

No mercado de trabalho, verificou-se um aumento da taxa de desemprego que atingiu os 8% no final do ano, apesar da recuperação ainda que moderada da economia, facto associado, em boa parte, à reestruturação do tecido produtivo com consequências no agravamento do desemprego de longa duração.

No âmbito das finanças públicas, o Governo continuou a prestar a maior atenção às medidas de contenção da despesa, tendo-se alcançado o objectivo de redução do défice do sector público em relação ao PIB, de 3,9% para 2,9%, abaixo do valor previsto (3%), garantindo assim uma progressiva e gradual consolidação das contas públicas que deverá conduzir aos resultados pretendidos pelo Programa de Estabilidade e Crescimento.

Taxas de Juro

Em 2007, o Banco Central Europeu efectuou duas alterações na sua taxa directora (0,25 p.b. em Março e 0,25p.b. em Junho), no âmbito da sua política de controlo da inflação, com vista à estabilidade dos preços na área do Euro e num contexto de elevada expansão do crédito e da moeda. No segundo semestre do ano, na sequência da instabilidade nos mercados financeiros provocado pela crise do crédito *subprime* nos EUA, o BCE efectuou volumosas cedências de liquidez ao sistema bancário e, em consequência desta situação, as taxas do mercado monetário intensificaram o seu movimento ascensional, terminando o ano nos 3,92% (*Overnight*), enquanto a Euribor a 12 meses atingiu os 4,74%.



No sector bancário e de acordo com a informação estatística divulgada pelo Banco de Portugal, as taxas de juro médias sobre saldos de operações activas e passivas subiram de novo, prosseguindo, tendência iniciada em 2005 para a generalidade dos segmentos. A taxa de juro para os novos empréstimos a Empresas (“Sociedades não Financeiras”) até 1 ano atingiu os 5,72% em Dezembro, contra 5,03% em Dezembro, enquanto no Crédito à habitação se elevou de 4,4% para 5,18%, no final de Dezembro. Nos Depósitos a prazo e de poupança as taxas de juro (com prazo acordado, até 2 anos) progrediram nas Sociedades de 3,66% para 4,75% e nos Particulares de 2,43% para 3,23%.

Taxas de Juro (1)

	2005 Dez.	2006 Dez.	2007 (%)			
			Mar.	Jun.	Set.	Dez.
Taxa dos FED Funds	4,25	5,25	5,25	5,25	4,75	4,25
Taxa Directora do BCE	2,25	3,50	3,75	4,00	4,00	4,00
Euribor						
Overnight	2,42	3,69	3,90	4,14	4,16	3,92
1 mês	2,40	3,63	3,86	4,12	4,41	4,29
3 meses	2,49	3,73	3,92	4,18	4,79	4,69
6 meses	2,64	3,85	4,04	4,32	4,76	4,71
12 meses	2,84	4,03	4,18	4,53	4,73	4,74
Novas Operações de Crédito						
Sociedades Não Financeiras (2)	3,93	5,03	5,06	5,12	5,36	5,72
Particulares – Habitação	3,50	4,40	4,49	4,70	5,06	5,18
Depósitos a Prazo e de Poupança (3)						
Sociedades Não Financeiras	2,46	3,66	3,72	4,06	4,28	4,75
Particulares	1,93	2,43	2,55	2,72	2,97	3,23

Fonte: Banco de Portugal - Boletim Estatístico, Fevereiro/2008.

(1) Taxas relativas ao último dia do mês.

(2) Operações acima de 1 milhão de euros.

(3) Depósitos com prazo acordado até 2 anos.

Evolução Cambial

Em 2007, a taxa de câmbio do euro face ao dólar registou um valor médio em Dezembro de 1,457 USD, ou seja, uma valorização de 10,3% contra 11,4% no ano anterior. O valor máximo daquela taxa de câmbio foi de 1,487 USD em Novembro.

Face à libra esterlina o euro obteve uma valorização de 7,1%, invertendo a tendência dos anos anteriores, enquanto face ao iene japonês, a valorização foi de 5,6%, inferior, porém, à do ano anterior (10,1%).

2. MERCADO DE CAPITAIS

Mercado Obrigacionista

Os mercados obrigacionistas registaram, também, dois momentos distintos ao longo de 2007. O primeiro, num quadro marcado por um acentuado crescimento económico das principais economias mundiais e pela crescente diversificação dos activos estrangeiros detidos pelos Bancos Centrais de muitas economias emergentes, determinou significativos aumentos nas taxas de rendimento de obrigações (*yields*) a 10 anos, que atingiram os valores mais elevados face aos doze meses anteriores. No segundo momento, o mercado obrigacionista apresentou um período de alguma volatilidade, em resultado da incerteza relativamente aos activos de risco, à redução das taxas directoras nos EUA e ao menor receio da inflação. As taxas de rendibilidade americanas das obrigações a 10 anos encerraram o ano nos 4,03%, 65 p.b. abaixo do seu valor no início do ano, enquanto na área do Euro, as descidas nas *yields* no segundo semestre, foram menos pronunciadas, o que proporcionou um aumento médio de rendibilidade de cerca de 43 p.b., no ano.

Taxas de Juros das Obrigações a 10 anos

	2006	2007
EUA	4,68%	4,03%
Reino Unido	4,74%	4,57%
Japão	1,69%	1,51%
França	3,96%	4,42%
Alemanha	3,93%	4,32%
Espanha	3,98%	4,40%
Portugal	4,06%	4,44%

Valores no final do ano.

Em Portugal, as taxas de rendibilidade da dívida pública portuguesa a 10 anos subiram de 4,10% para 4,52%, no final do ano, com um valor máximo (média mensal) de 4,74% em Junho.

Mercado Accionista

Os mercados accionistas prosseguiram a sua tendência de subida, atingindo os principais índices bolsistas no mês de Julho, os níveis mais elevados desde 2001, impulsionados pela robustez do crescimento das economias, especialmente da europeia, pelos bons resultados das empresas cotadas, apesar da sua volatilidade, e pelo número anunciado de fusões e aquisição, com destaque para o sector financeiro. Na segunda metade do ano, esta tendência de valorização foi interrompida, assistindo-se a

um reajustamento das carteiras, com fortes quedas nos mercados, gerando um aumento da aversão ao risco por parte dos investidores. Esta evolução ocorreu na sequência da mencionada crise do crédito *subprime* nos EUA, da divulgação de perdas avultadas em instituições financeiras americanas, com grande exposição àquele tipo de activos e dos receios de contágio ao resto da economia, em paralelo com a evolução desfavorável do preço do petróleo.

Neste contexto, os investidores refugiaram-se em títulos garantidos por entidades governamentais que, por sua vez, provocaram descidas abruptas nos *yields* da dívida pública e o alargamento dos *spreads* no mercado do crédito. Também a falta de informação sobre a verdadeira exposição dos bancos a esta crise criou um clima de desconfiança e de escassez de liquidez que quase paralisou os mercados monetários interbancários, elevando substancialmente as taxas de juro.

Apesar das quedas verificadas, da degradação dos indicadores económicos e da contínua subida dos preços do petróleo e da inflação, grande parte dos mercados accionistas apresentaram, ainda assim, valorizações positivas, em termos anuais:

Principais Índices Bolsistas

	2006		2007	
	Índice	Variação (%)	Índice	Variação (%)
Dow Jones (Nova Iorque)	12 463	+16,2	13 281	+6,6%
Nasdaq (Nova Iorque)	2 415	+9,6	2 651	+9,8%
FTSE (Londres)	6 221	+10,7	6 457	+3,8%
NIKKEI (Tóquio)	17 225	+6,9	15 308	-11,1%
CAC (Paris)	5 542	+17,5	5 614	1,3%
DAX (Frankfurt)	6 597	+22,0	8 067	22,3%
IBEX (Madrid)	14 147	+31,8	15 182	7,3%
PSI-20 (Lisboa)	11 198	+29,9	13 019	16,3%

Em Portugal, o mercado accionista obteve um crescimento de 16,3%, contra 29% em 2006, tendo sido apenas superado na Europa pelo mercado alemão. À semelhança dos mercados internacionais o desempenho foi, no entanto, diferente ao longo do ano, com o crescimento do índice PSI-20 a alcançar 19,5% no 1º semestre e -2,7% no 2º semestre.

3. MERCADO IMOBILIÁRIO

Mercado Imobiliário Nacional

Segundo o Banco de Portugal, manteve-se em 2007 a tendência de recuperação da economia nacional, incentivada por um crescimento do investimento empresarial e das exportações de bens e serviços.

Como consequência do clima de confiança económica vivido nos primeiros seis meses, o ano de 2007 foi um ano excepcional para o mercado de escritórios, com o nível de absorção a atingir um máximo histórico. No segundo semestre, no entanto, sentiu-se alguma retracção, face à instabilidade gerada pelas notícias sobre a crise hipotecária do subprime que afecta o mercado americano.

Este bom desempenho da procura resultou essencialmente das estratégias de consolidação seguidas por várias empresas, que aproveitaram a flexibilidade contratual e a disponibilidade de imóveis de qualidade com condições comerciais mais agressivas, especialmente nas zonas com maior oferta.

O mercado de retalho continuou a manter em 2007 o forte dinamismo que marcou os últimos anos, em particular no que diz respeito ao lançamento de novos centros comerciais. O comércio de rua prosseguiu o seu processo de recuperação, sendo evidente o interesse dos principais retalhistas neste formato, tendo-se assistido a diversas aberturas de lojas nas zonas de maior prestígio da cidade de Lisboa. Quanto ao mercado logístico, o último trimestre de 2007 foi marcado por um aumento da procura, particularmente direccionada para espaços de grande dimensão.

Os operadores logísticos têm procurado fazer face às necessidades de espaço que antecipam no curto/médio prazo em virtude da expansão da sua actividade, tendo presente, no entanto, uma preocupação relativamente à não dispersão das instalações. Este é um factor de extrema importância para a actividade destes operadores, já que permite ganhos importantes através das sinergias só alcançáveis com a concentração física.

Quanto ao mercado de residencial urbano, o ritmo de vendas manteve-se lento em 2007. Em termos económicos, o índice de confiança dos consumidores permanece baixo, as taxas de juro elevadas e, não obstante a retracção do mercado, a oferta existente continua a apresentar preços elevados para a maioria dos compradores.

O tempo de espera para vender uma casa usada tem vindo a aumentar, o que diminui o interesse por aquisições a título de upgrade, ou seja, troca da casa actual por uma melhor. Da mesma forma, verifica-se que a compra de uma segunda habitação para investimento, quer para arrendamento ou revenda, é cada vez mais escassa.

Quanto ao turismo residencial, verificou-se, durante o primeiro semestre de 2007 a manutenção do dinamismo que vinha dos anos anteriores, verificando-se, durante o segundo semestre, um progressivo arrefecimento do mercado, dada fundamentalmente a incerteza gerada pela instabilidade do mercado financeiro internacional.

Em termos de investimento, em particular no que se refere ao investimento institucional, o comportamento registado no mercado de investimento, durante o ano de 2007, foi claramente distinto no primeiro e segundo semestres. O ano iniciou-se mantendo-se a postura agressiva por parte dos investidores. Em resultado do excesso de liquidez existente, novos recordes de *yields* foram atingidos, mesmo para produtos de segunda linha. No segundo semestre, os fundos portugueses foram afectados pela falta de confiança dos investidores, estimulada pelo receio da crise financeira internacional resultante da crise hipotecária do *subprime*. Neste período, foi assinalável o aumento do número de resgates das unidades de participação dos fundos de investimento imobiliário, dada a concorrência de aplicações alternativas.

Os produtos considerados de primeira qualidade continuam a manter o interesse dos investidores. No entanto, no caso dos produtos de segunda linha, o cenário inverteu-se face ao primeiro semestre, já que foi exigido um ajuste de valores devido ao aumento do risco.

Mercado Imobiliário Internacional

Na primeira metade de 2007, o crescimento económico na Zona Euro continuou a níveis elevados, com um crescimento a níveis favoráveis. A conjuntura económica favorável permitiu que se registasse uma boa evolução do mercado imobiliário internacional, assistindo-se de uma forma geral a uma subida dos preços dos edifícios com uma conseqüente queda de *yields*, em que estratégias de valor acrescentado ou oportunísticas foram geradoras de maior criação de valor.

Nesse período, no sector de escritórios, as principais cidades europeias assistiram a uma continuação do aumento da procura ao mesmo tempo que se observou uma redução da oferta. Em Londres, a expansão do sector financeiro foi o maior impulsionador do sector de escritórios. Na cidade de Paris, a subida da confiança dos empresários contribuiu para o bom momento que este mercado obteve. Na Alemanha, observaram-se comportamentos distintos em diversas cidades, com as rendas a permanecerem estáveis, à excepção de Frankfurt que registou uma ligeira subida.

Nos Estados Unidos, o primeiro semestre foi marcado por diversas preocupações no segmento residencial associado ao mercado de crédito imobiliário. Apesar disso, o mercado não registou alterações acentuadas, com o sector de retalho a proporcionar os melhores resultados.

No segundo semestre do ano surgiu alguma turbulência a nível financeiro devido à crise do *subprime*. Esta situação levou a que se registasse uma descida dos preços das habitações, apesar de se ter assistido a uma subida das rendas. Estes problemas foram ainda acompanhados por algum enfraquecimento na criação de emprego apesar da confiança permanecer a níveis consistentes com o investimento das empresas.

No mercado imobiliário europeu, continuou a assistir-se a uma manutenção das taxas de desocupação dos imóveis a valores bastante baixos, enquanto as rendas ainda apresentam algumas subidas. A

crise verificada no mercado imobiliário americano afectou na Europa, principalmente o mercado britânico, que ao longo dos últimos anos tinha vindo a registar fortes valorizações. Este comportamento surgiu principalmente no sector residencial inglês, observando-se um efeito de contágio aos restantes sectores.

Nos Estados Unidos, a economia apresentou sinais de abrandamento na última metade do ano, patente na menor criação de emprego e de alguma contracção no sector industrial. O sector de escritórios registou um abrandamento do crescimento verificado ao longo de 2007.

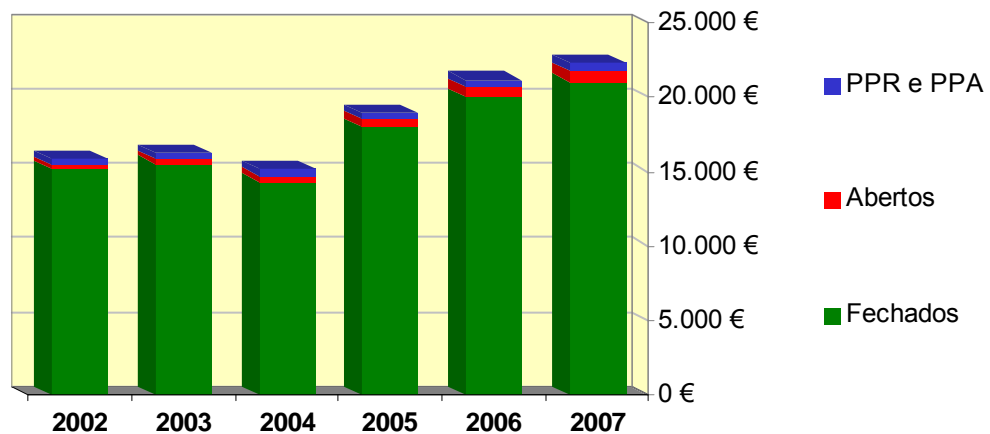
A EVOLUÇÃO DO MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES EM PORTUGAL

Em 2007, o mercado de Fundos de Pensões português registou uma taxa de crescimento de 5,2% e o valor dos activos geridos aumentou 1.110 Milhões de Euros (M€) para 22.295M€.

Os Fundos Fechados, predominantemente os fundos de pensões da banca, registaram um aumento de 5%, correspondente a 1.002 M€, e continuam a dominar este mercado representando 94.3% do total de fundos de pensões.

Os Fundos de Pensões Abertos tiveram uma taxa de crescimento de 13,4% correspondente a 88M€ e os restantes Fundos Abertos – PPR e PPA – aumentaram 4% correspondente a 20M€.

MERCADO DE FUNDOS DE PENSÕES PORTUGUÊS



Fonte: APFIPP e ISP

No final do ano, as oito maiores sociedades gestoras de fundos de pensões portuguesas concentravam 95% do mercado e a quota da CGD Pensões, em particular, era de 6,5%.

Em termos de número de fundos, foram constituídos mais dez fundos de pensões, seis abertos e quatro fechados, e foram extintos quatro fundos. No final de 2007, o mercado estava representado por 238 fundos, geridos por 27 sociedades gestoras.

ACTIVIDADE DA CGD PENSÕES

A CGD Pensões manteve, em 2007, a gestão dos treze fundos de pensões fechados tendo obtido, já no final do ano, o mandato para a constituição de um fundo fechado para uma grande instituição nacional e a transferência da gestão de dois fundos de pensões fechados, gestão esta a ser iniciada no dia 1 de Janeiro de 2008.

No segmento dos fundos de pensões abertos manteve a gestão do Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Activa” e do Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Valor”, fundos estes comercializados na rede do Grupo Caixa Geral de Depósitos. Em 19 de Março a CGD Pensões lançou um fundo de pensões aberto – Caixa Reforma Garantida 2022 - com características inovadoras no mercado: para as subscrições realizadas no dia 19 de Março e até 21 de Março de 2022, garantia do capital e de um rendimento mínimo anual de 2% acrescido de 50% da maior valorização acumulada do índice Eurostoxx 50, observada historicamente nas 15 datas aniversárias do Fundo. As subscrições ascenderam a cerca de 12,5 M€.

A sociedade continuou a contar com a colaboração imprescindível tanto da rede comercial do Grupo, como da área comercial da Caixa Gestão de Activos para alcançar os objectivos que se propõe no início de cada ano.

No Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Activa concretizou-se uma nova adesão colectiva e 1.344 novas adesões individuais. No total, em 2007, foram subscritas 819.920,84 unidades de participação, correspondentes a 13.063.438,70 euros.

No Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Valor concretizou-se uma nova adesão colectiva e 482 novas adesões individuais, tendo sido subscritas 666.358 unidades de participação num total de 3.900.159,25 euros.

No final do ano os valores patrimoniais geridos pela Sociedade, afectos aos Fundos, totalizavam 1.452,29 M€, contra 1.252,66 M€ em 2006, o que reflecte um aumento de 199,6 M€, ou seja, um crescimento de 15,9%.

Actividade Financeira

Balanço

Em síntese, o Balanço da CGD Pensões, em 31 de Dezembro de 2007, apresentava a seguinte composição e variações, comparado com o do exercício anterior:

(Milhares de Euros)

	Variação					Variação			
	2007	2006	Absoluta	Relativa		2007	2006	Absoluta	Relativa
Activo					Capital Próprio e Passivo				
Imobilizado					Capital próprio				
Corpóreo e Incorpóreo	101	117	-16	-13,6%	Capital	3000	3 000	-	-
Financeiro	3473	3 196	277	8,66%	Reservas	1111	861	250	29,0%
Circulante					Resultados Transitados				
Dívidas de Terceiros	57	77	-20	-25,9%	Resultado líquido do exercício	897	350	547	156,28%
Disponibilidades	1425	857	568	66,2%	Passivo				
Acréscimos e Diferimentos					Dívidas a terceiros				
Acréscimos de Proveitos	1301	1 080	221	20,5%	Provisões	44	32	12	37,5%
Custos Diferidos	11	13	-2	-15,4%	Acréscimos de Custos	339	270	69	25,6%
					Proveitos Diferidos				
	6368	5 340	1028	19,25%		6368	5 340	1028	19,25%

No fim do exercício, o activo líquido da Sociedade Gestora totalizava 6.368 milhares de euros, mais 1.028 milhares de euros do que em 31 de Dezembro de 2006.

No final do ano, as aplicações financeiras da CGD Pensões eram constituídas por unidades de participação em fundos de investimento imobiliário (2.372 milhares de euros) e mobiliário (1.101 milhares de euros).

O saldo existente na conta acréscimos de proveitos respeitava a comissões de gestão e taxa para o ISP a receber dos Fundos de Pensões (1.301 milhares de euros) que se encontram sob gestão da CGD Pensões.

Por sua vez, o saldo existente na conta acréscimos de custos reflectia a especialização de encargos a pagar em 2007 relativos a remunerações de férias e prémios, à taxa para o ISP e ainda a outros custos.

Os Capitais Próprios, por seu turno, registaram um acréscimo de 797 milhares de euros, provenientes dos resultados do exercício de 2007 (897 milhares de euros), contra uma diminuição por distribuição de dividendos (100 milhares de euros).

Demonstração de Resultados

Em resumo, a Demonstração de Resultados do exercício findo, comparada com a de 2006, apresentava a composição e variações constantes do quadro seguinte:

		Milhares de Euros)							
	2007	2006	Variação		2007	2006	Variação		
			Absoluta	Relativa			Absoluta	Relativa	
Custos					Proveitos				
Operacionais	2313	2 220	93	4,1%	Operacionais	3357	2 600	757	29,1%
Financeiros	18	2	16	800%	Financeiros	202	146	56	38,3%
Provisões	12	32	-20	-62,5%	Extraordinários	10	1	9	900%
Extraordinários	1	1	0	0%					
Imposto s/o rendimento	328	142	186	130,9%					
Resultado líquido	897	350	547	156,2%					
	3569	2 747	822	29,9%		3569	2 747	822	29,9%

O resultado líquido de impostos, obtido no exercício de 2007, de 897 milhares de euros, registou um acréscimo de 547 milhares de euros em relação ao ano anterior. Este aumento ficou a dever-se, essencialmente, ao incremento das comissões de gestão do Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Activa, do Fundo de Pensões Aberto Caixa Reforma Valor e do novo fundo Caixa Reforma Garantida 2022. O imposto sobre os lucros, por sua vez, cresceu 186 milhares de euros, devido, essencialmente, ao aumento do resultado.

Relativamente às principais componentes da conta de resultados, registam-se como mais significativas, na parte dos proveitos, as variações ocorridas nas comissões de gestão dos Fundos de Pensões.

Quanto aos custos operacionais, assinala-se como mais relevantes os aumentos dos fornecimentos e serviços externos (+88 milhares de euros) e dos custos com pessoal (+17 milhares de euros), devido à actualização das remunerações.

Os proveitos financeiros registaram um aumento de 56 milhares de euros, proveniente de rendimentos de unidades de participação em fundos de investimento.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido de imposto da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 2007 foi de € 896.899,87 (oitocentos e noventa e seis mil oitocentos e noventa e nove euros e oitenta e sete cêntimos), para o qual o Conselho de Administração, nos termos dos art.ºs 12.º e 26.º dos Estatutos da Sociedade e observando o estabelecido no art. 97.º do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de Janeiro, e no art.º 42.º do Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de Abril, propõe a seguinte aplicação:

- 10%, ou seja, € 89.689,99 para reforço da Reserva Legal;
- o remanescente, ou seja, € 807.209,88, colocamos à disposição dos Exmos. Accionistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este relatório, o Conselho de Administração considera ser seu dever exprimir o reconhecimento às seguintes entidades, pela contribuição que prestaram à actividade da Sociedade no decorrer do ano de 2007:

- À entidade de supervisão – Instituto de Seguros de Portugal – pela disponibilidade e cuidadoso acompanhamento da evolução da Sociedade;
- Aos membros da Assembleia Geral e das entidades revisoras de contas da Sociedade e dos fundos pelo empenhamento colocado na sua actuação fiscalizadora;
- À rede comercial do Grupo CGD;
- Às estruturas centrais do Grupo CGD, designadamente as estruturas de apoio às participadas, gestão de risco, gestão de recursos humanos, sistemas e informação, assessoria jurídica e controlo de gestão, de quem se recebeu sempre pronta e empenhada colaboração;
- Aos colaboradores das empresas da Caixa Gestão de Activos, cuja dedicação e entusiasmo foram essenciais para a obtenção dos resultados alcançados.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2008

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
Presidente

Henrique Pereira Melo
Vice-Presidente

António Francisco de Araújo Pontes
Administrador

Luís Miguel Saraiva Lopes Martins
Administrador

Dr. António Manuel Gutierres Caseiro
Administrador

CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2007		2006		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2007	2006
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido				
IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:			
Imobilizações incorpóreas	10	77.803	(77.803)	-	-	Capital	36 e 37	3.000.000	3.000.000
Imobilizações corpóreas	10	332.095	(230.988)	101.107	116.913	Reservas			
Investimentos financeiros	10	3.480.990	(7.798)	3.473.192	3.196.374	Reservas legais	40	270.964	235.958
		<u>3.890.888</u>	<u>(316.589)</u>	<u>3.574.299</u>	<u>3.313.287</u>	Outras reservas	40	839.768	624.713
CIRCULANTE:						Resultados transitados	40	144.884	144.884
Dívidas de terceiros - curto prazo						Resultado líquido do exercício	40	896.900	350.061
Clientes, conta corrente	48	50.919	-	50.919	49.589	Total do capital próprio		<u>5.152.516</u>	<u>4.355.616</u>
Estado e outros entes públicos	48	100	-	100	100	PASSIVO:			
Outros devedores	48	6.123	-	6.123	27.095	Provisões:			
Títulos negociáveis						Provisões para riscos e encargos	34	<u>43.681</u>	<u>32.101</u>
Outros títulos negociáveis	17	612.380	-	612.380	612.380	Dívidas a terceiros - curto prazo			
Depósitos bancários e caixa						Fornecedores, conta corrente	51	70.145	107.390
Depósitos à ordem	49	252.158	-	252.158	244.095	Fornecedores de imobilizado	51	52.283	79.564
Depósitos a prazo	49	560.000	-	560.000	-	Estado e outros entes públicos	51	217.019	87.932
Caixa		500	-	500	500	Outros credores	51	492.979	407.043
		<u>1.482.180</u>	<u>-</u>	<u>1.482.180</u>	<u>933.759</u>			<u>832.426</u>	<u>681.929</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:						ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
Acréscimos de proveitos	50	1.300.906	-	1.300.906	1.079.972	Acréscimos de custos	52	339.856	270.069
Custos diferidos	50	11.094	-	11.094	12.697	Total do passivo		<u>1.215.963</u>	<u>984.099</u>
		<u>1.312.000</u>	<u>-</u>	<u>1.312.000</u>	<u>1.092.669</u>	Total do capital próprio e do passivo		<u>6.368.479</u>	<u>5.339.715</u>
Total do activo		<u><u>6.685.068</u></u>	<u><u>(316.589)</u></u>	<u><u>6.368.479</u></u>	<u><u>5.339.715</u></u>				
CONTAS DE ORDEM :									
Fundos de pensões geridos	54			1.452.288.897	1.252.663.014				

O anexo faz parte integrante destes balanços.

CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS		Notas	2007	2006	PROVEITOS E GANHOS		Notas	2007	2006
Fornecimentos e serviços externos	53		1.922.201	1.833.880	Prestações de serviços	44		3.353.635	2.599.595
Custos com o pessoal	43		258.371	241.066	Outros proveitos operacionais			4.400	551
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10		38.035	45.243	Juros e proveitos similares	45		201.566	143.224
Impostos	6		83.150	91.797	Reversão de ajustamentos	10		-	2.951
Outros custos e perdas operacionais			12.744	7.921	Proveitos e ganhos extraordinários	46		9.709	773
Juros e custos similares	45		12.957	2.194					
Ajustamentos	10		5.104	-					
Provisões	34		11.580	32.101					
Custos e perdas extraordinários	46		566	600					
Imposto sobre o rendimento do exercício	6		327.702	142.231					
Resultado líquido do exercício			896.900	350.061					
			<u>3.569.310</u>	<u>2.747.094</u>				<u>3.569.310</u>	<u>2.747.094</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE ORIGEM E APLICAÇÃO DE FUNDOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

ORIGEM DE FUNDOS	2007	2006	APLICAÇÃO DE FUNDOS	2007	2006
Internas :			Aplicação de resultados:		
Resultado líquido do exercício	896.900	350.061	Dividendos	100.000	-
Amortizações do exercício	38.035	45.243	Aumentos de imobilizações:		
Ajustamentos de investimentos financeiros, líquidos de reversões	5.104	(2.951)	Aquisição de imobilizações corpóreas	22.339	97.485
Provisões para riscos e encargos	11.580	32.101	Aquisição de investimentos financeiros	302.883	1.328.264
Diminuição de imobilizações:					
Alienação de imobilizações corpóreas	110	-			
Alienação de investimentos financeiros	20.961	34.639			
Diminuição dos fundos circulantes	-	966.656	Aumento dos fundos circulantes	547.468	-
	<u>972.690</u>	<u>1.425.749</u>		<u>972.690</u>	<u>1.425.749</u>

AS VARIAÇÕES NOS FUNDOS CIRCULANTES SÃO EXPLICADAS POR:

	2007	2006		2007	2006
Aumentos de activos:			Diminuições de activos:		
Acréscimos e diferimentos	219.331	517.064	Dívidas de terceiros - curto prazo	19.642	88.512
Depósitos bancários e caixa	568.063	-	Títulos negociáveis	-	832.760
Diminuição de passivos:			Depósitos bancários e caixa	-	61.654
Acréscimos e diferimentos	-	99.447	Aumentos de passivos:		
			Dívidas a terceiros - curto prazo	150.497	600.241
			Acréscimos e diferimentos	69.787	-
Diminuição dos fundos circulantes	-	966.656	Aumento dos fundos circulantes	547.468	-
	<u>787.394</u>	<u>1.583.167</u>		<u>787.394</u>	<u>1.583.167</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações.

NOTA INTRODUTÓRIA

A CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante igualmente designada por “CGD Pensões” ou “Sociedade”) foi constituída em 14 de Maio de 1992, com a denominação de Sociedade Gestora de Fundos de Pensões da Caixa Geral de Depósitos, S.A., tendo alterado a sua denominação social para a actual em 19 de Novembro de 2001. A Sociedade tem como principal actividade a administração, gestão e representação de fundos de pensões (Fundos), sendo responsável em 31 de Dezembro de 2007 pela gestão dos Fundos fechados das seguintes entidades (Associados):

Denominação	Data de constituição	Data de início da gestão
Fundo de Pensões do Pessoal da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Fundo CGD)	31-12-1991	31-12-1991
18,75% do Fundo de Pensões Gestnave (Fundo Gestnave)	01-10-1998	01-10-1998
Fundo de Pensões da Euronext Lisbon (Fundo Euronext Lisbon)	15-01-2000	15-01-2000
Fundo de Pensões Caixa – Banco de Investimento (Fundo Caixa BI)	31-12-1987	04-07-2000
Fundo de Pensões da Interbolsa (Fundo Interbolsa)	27-12-2001	27-12-2001
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros (Fundo CPR)	01-12-2002	01-12-2002
Fundo de Pensões da Galp Energia (Fundo Galp Energia)	02-01-2003	02-01-2003
Fundo de Pensões da Caixa Leasing e Factoring (Fundo Caixa Leasing e Factoring)	01-12-2002	01-07-2003
Fundo de Pensões Finibanco (Fundo Finibanco)	31-12-1993	01-01-2004
Fundo de Pensões Sojornal e Associadas (Fundo Sojornal e Associadas)	31-12-1987	01-01-2004
Fundo de Pensões do Instituto Nacional de Estatística (Fundo INE)	21-12-1999	01-04-2004
Fundo de Pensões CMVM (Fundo CMVM)	29-09-2000	01-01-2005
Fundo de Pensões Império – Bonança (Fundo Império - Bonança)	29-12-2005	29-12-2005

Adicionalmente, a Sociedade é responsável pela gestão do Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Activa” (Fundo Caixa Reforma Activa), do Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Valor” (Fundo Caixa Reforma Valor) e do Fundo de Pensões Aberto “Caixa Reforma Garantida 2022” (Fundo Caixa Reforma Garantida 2022), os quais foram constituídos em 6 de Dezembro de 2001, 2 de Dezembro de 2005 e 19 de Março de 2007, respectivamente.

Conforme indicado na Nota 37, a Sociedade é detida integralmente pela Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A. (Grupo CGD), sendo as suas operações e transacções influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere. Os principais saldos e transacções com empresas do Grupo CGD encontram-se detalhados na Nota 16.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à CGD Pensões ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 não foram ainda objecto de aprovação pela Assembleia Geral. Contudo, o Conselho de Administração admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Especialização de exercícios

A Sociedade regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Notas 50 e 52).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)

b) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem a despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e foram amortizadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, ao longo de um período de três anos. Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as imobilizações incorpóreas encontravam-se totalmente amortizadas.

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada. As taxas de amortização praticadas, traduzem-se nas seguintes vidas úteis estimadas dos activos:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo:	
- Computadores	4
- Mobiliário	8
- Máquinas de escrever, calculadoras e fotocopiadoras	5
Material de transporte adquirido em regime de locação financeira	3
Outras imobilizações corpóreas - software	6

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros correspondem a aplicações efectuadas pela CGD Pensões em unidades de participação de fundos de investimento.

Estes títulos são registados ao custo de aquisição, sendo as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado, integralmente ajustadas. As mais-valias potenciais não são reconhecidas nas demonstrações financeiras anexas.

d) Títulos negociáveis

As aplicações efectuadas pela CGD Pensões em Bilhetes do tesouro e em unidades de participação de fundos de investimento mobiliário, com o objectivo de venda num prazo inferior a um ano, são registadas na rubrica de "Títulos negociáveis" ao custo de aquisição.

As menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado dos títulos negociáveis são integralmente ajustadas. As mais-valias potenciais não são reconhecidas nas demonstrações financeiras anexas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)e) Remuneração de gestão

Como remuneração pela sua actividade, a Sociedade cobra aos Fundos geridos comissões de gestão financeira e comissões de gestão técnica e administrativa, calculadas sobre o valor dos Fundos e sobre as contribuições dos Associados para os mesmos, respectivamente, com o seguinte detalhe:

Fundo	Comissão de gestão financeira			Comissão sobre as contribuições
	Percentagem	Periodicidade	Base de incidência	
Fundo CGD	0,025%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	-
			Valor do Fundo	
	0,050%		< Eur 9.975.958	
Fundo Gestnave	0,045%	Trimestral	de Eur 9.975.958 a Eur 19.951.916	-
	0,040%		> Eur 19.951.916	
Fundo Euronext Lisbon	0,050%	Trimestral	Valor do Fundo	0,30%
Fundo Caixa BI	0,500%	Anual	Valor do Fundo	0,50%
Fundo Interbolsa	0,050%	Trimestral	Valor do Fundo	0,30%
Fundo CPR	0,500%	Anual	Rendimentos do património do Fundo	5,00%
Fundo Galp Energia	0,075%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%/0,40%
Fundo Caixa Leasing e Factoring	0,063%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	1,00%
			Valor do Fundo	
	0,075%		< Eur 15.000.000	
Fundo Finibanco	0,069%	Trimestral	de Eur 15.000.000 a Eur 25.000.000	0,20%
	0,063%		> Eur 25.000.000	
Fundo Sojornal e Associadas	0,113%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,30%
Fundo INE	0,125%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,50%
Fundo CMVM	0,031%	Trimestral	Valor de mercado dos activos do Fundo	0,05%
Fundo Império – Bonança	0,038%	Trimestral	Valor de mercado da carteira do Fundo	0,09%

Nos termos dos respectivos regulamentos de gestão, a Sociedade cobra ao Fundo Caixa Reforma Activa, ao Fundo Caixa Reforma Valor e ao Fundo Caixa Reforma Garantida 2022, uma comissão de gestão, cujo valor máximo anual corresponde a 3% sobre o valor líquido do Fundo. Esta comissão é calculada diariamente, sendo cobrada numa base mensal. A taxa cobrada nos exercícios de 2007 e 2006 ascendeu a 1,25% para os Fundos Caixa Reforma Activa e Caixa Reforma Valor. No Fundo Caixa Reforma Garantida 2022, a taxa cobrada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 ascendeu a 0,77%. A Sociedade cobra também uma comissão máxima de 5% sobre as subscrições e os resgates efectuados pelos participantes para os Fundos Caixa Reforma Activa e Caixa Reforma Valor, cobrando para o Fundo Caixa Reforma Garantida 2022 uma comissão máxima de 10%.

Pela função de comercialização das unidades de participação destes Fundos de pensões abertos, a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) cobra uma comissão de comercialização equivalente a 55% da comissão de gestão cobrada pela CGD Pensões a estes Fundos. Esta comissão é registada na rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” (Nota 53).

A Sociedade cobra ainda aos Fundos Caixa BI e Galp Energia comissões de 19,95 Euros e 80 Euros, respectivamente, por cada participante.

f) Taxa a favor do Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

A Sociedade paga uma taxa ao ISP sobre as contribuições dos Associados para os respectivos Fundos, nos termos do Decreto-Lei nº 171/87, de 20 de Abril. Esta taxa constitui um encargo de cada Fundo, pelo que a Sociedade regista esta taxa simultaneamente em custos e proveitos, nas rubricas “Impostos” (Nota 6) e “Prestações de Serviços” (Nota 44), respectivamente. No que se refere aos Fundos Caixa Reforma Activa, Caixa Reforma Valor, Império-Bonança, CMVM e Galp Energia, esta taxa é suportada pela Sociedade.

g) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro (Nota 15). De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)6. IMPOSTOS

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e respectiva Derrama, o que corresponde a uma taxa agregada de 26,5%.

Na sequência da publicação da Lei nº 55-B/2004, de 30 de Dezembro, as despesas de representação e os encargos relacionados com viaturas ligeiras de passageiros são tributados autonomamente em IRC à taxa de 5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objecto de revisão por parte da Administração Fiscal durante um período de quatro anos. Em virtude desta regra, as declarações fiscais da Sociedade respeitantes aos exercícios de 2004 a 2007 poderão vir ainda a ser revistas. Deste facto poderão resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios em aberto. No entanto, na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correcção ou liquidação adicional, relativamente aos exercícios atrás referidos, seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o saldo da rubrica "Impostos" da demonstração dos resultados refere-se, essencialmente, às taxas pagas e a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal, as quais corresponderam a 0,046% das contribuições efectuadas para os Fundos de Pensões geridos pela Sociedade (Nota 3. f)).

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a provisão para impostos correspondia a 26,76% e 28,89%, respectivamente, do resultado de exploração adicionado do saldo dos resultados extraordinários. Apresenta-se a seguir um resumo da determinação do imposto apurado:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Resultado antes de impostos	1.224.602	492.292
Ajustamentos:		
· Provisões não aceites para efeitos fiscais (Nota 34)	11.580	32.101
· Constituição/(Reversão) de ajustamentos tributados (Nota 10)	5.104	(2.951)
· Benefícios fiscais por criação líquida de postos de trabalho	(11.284)	(14.612)
· Excesso de estimativa de imposto (Nota 46)	(1.065)	(48)
· Outros, líquido	3.123	4.611
	-----	-----
Lucro tributável	1.232.060	511.393
Taxa nominal de imposto	26,5%	27,5%
	-----	-----
Imposto apurado antes de tributação autónoma	326.496	140.633
Tributação autónoma	1.206	1.598
	-----	-----
Imposto apurado (Nota 51)	327.702	142.231
	=====	=====

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício de 2007, a Sociedade teve ao seu serviço dez colaboradores (onze colaboradores durante o exercício de 2006), três dos quais com vínculo contratual à Caixa Geral de Depósitos, S.A., cedidos para o desempenho de funções na Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)

10. MOVIMENTO NO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto						
	Saldos em 31.12.05	Aumentos	Alienações e abates/reposições	Saldos em 31.12.06	Aumentos	Alienações e abates/reposições	Saldos em 31.12.07
Imobilizado incorpóreo:							
Despesas de instalação	45.226	-	-	45.226	-	-	45.226
Despesas de investigação	32.577	-	-	32.577	-	-	32.577
	<u>77.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>77.803</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>77.803</u>
Imobilizado corpóreo:							
Equipamento administrativo	48.642	2.114	(2.043)	48.713	11.295	(4.036)	55.972
Imobilizado adquirido em regime de locação financeira:							
. Material de transporte (Nota 15)	74.501	50.416	-	124.917	-	(42.917)	82.000
Outras imobilizações corpóreas	138.124	18.302	-	156.426	2.843	-	159.269
Imobilizado em curso	-	26.653	-	26.653	8.201	-	34.854
	<u>261.267</u>	<u>97.485</u>	<u>(2.043)</u>	<u>356.709</u>	<u>22.339</u>	<u>(46.953)</u>	<u>332.095</u>
Investimentos financeiros:							
Títulos e outras aplicações financeiras	1.870.804	1.328.264	-	3.199.068	302.883	(20.961)	3.480.990
Obrigações de entidades privadas	34.639	-	(34.639)	-	-	-	-
	<u>1.905.443</u>	<u>1.328.264</u>	<u>(34.639)</u>	<u>3.199.068</u>	<u>302.883</u>	<u>(20.961)</u>	<u>3.480.990</u>
Ajustamentos	(5.547)	-	2.853	(2.694)	(5.104)	-	(7.798)
	<u>1.899.896</u>	<u>1.328.264</u>	<u>(31.786)</u>	<u>3.196.374</u>	<u>297.779</u>	<u>(20.961)</u>	<u>3.473.192</u>

Rubricas	Amortizações acumuladas						
	Saldos em 31.12.05	Aumentos	Alienações e abates	Saldos em 31.12.06	Aumentos	Alienações e abates	Saldos em 31.12.07
Imobilizado incorpóreo:							
Despesas de instalação	(45.226)	-	-	(45.226)	-	-	(45.226)
Despesas de investigação	(32.577)	-	-	(32.577)	-	-	(32.577)
	<u>(77.803)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(77.803)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(77.803)</u>
Imobilizado corpóreo:							
Equipamento administrativo	(47.532)	(1.088)	2.043	(46.577)	(2.327)	3.926	(44.978)
Imobilizado adquirido em regime de locação financeira:							
. Material de transporte (Nota 15)	(42.535)	(30.783)	-	(73.318)	(21.867)	42.917	(52.268)
Outras imobilizações corpóreas	(106.529)	(13.372)	-	(119.901)	(13.841)	-	(133.742)
	<u>(196.596)</u>	<u>(45.243)</u>	<u>2.043</u>	<u>(239.796)</u>	<u>(38.035)</u>	<u>46.843</u>	<u>(230.988)</u>
	<u>(274.399)</u>	<u>(45.243)</u>	<u>2.043</u>	<u>(317.599)</u>	<u>(38.035)</u>	<u>46.843</u>	<u>(308.791)</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a rubrica "Investimentos financeiros" apresenta a seguinte composição:

	2007			2006	
	Custo de aquisição	Ajustamentos	Valor de balanço	Mais-valias potenciais	Valor de balanço
Títulos e outras aplicações financeiras:					
Unidades de participação de fundos de investimento:					
. Fundimo	1.222.418	-	1.222.418	30.446	1.174.505
. Logística e Distribuição	551.300	-	551.300	94.555	551.300
. Caixagest Estratégia Moderada	426.364	-	426.364	18.309	426.364
. Caixagest Estratégia Conservadora	424.440	-	424.440	20.869	424.440
. Caixagest Imobiliário	249.996	-	249.996	7.072	-
. Tishman Esóf Sfeeder	220.554	(7.798)	212.756	-	233.847
. Vision Escritórios	200.900	-	200.900	31.135	200.900
. Maxirent	175.000	-	175.000	86.345	175.000
. Lusimovest (Santander)	10.018	-	10.018	1.480	10.018
	<u>3.480.990</u>	<u>(7.798)</u>	<u>3.473.192</u>	<u>290.211</u>	<u>3.196.374</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, as mais-valias potenciais em investimentos financeiros não registadas em balanço ascendiam a 211.688 Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)15. OPERAÇÕES DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as operações de locação financeira encontram-se relevadas nas seguintes rubricas do balanço:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Imobilizações corpóreas – Material de transporte (Nota 10):		
· Activo bruto	82.000	124.917
· Amortizações acumuladas	(52.268)	(73.318)
	-----	-----
	29.732	51.599
	=====	=====
Dívidas a terceiros (Nota 51):		
· Até um ano	25.517	21.490
· Mais de um ano	23.922	48.170
	-----	-----
	49.439	69.660
	=====	=====

16. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a Sociedade mantinha os seguintes saldos com empresas do Grupo e aplicações em fundos de investimento geridos por empresas do Grupo:

	2007					Total
	CGD	Fundimo	Caixagest	Sogrupo III	Caixa LF	
Activo:						
Depósitos à ordem (Nota 49)	252.158	-	-	-	-	252.158
Depósitos a prazo (Nota 49)	560.000	-	-	-	-	560.000
Títulos e outras aplicações financeiras (Nota 10)	-	1.222.418	1.100.800	-	-	2.323.218
Títulos negociáveis (Nota 17)	-	-	612.380	-	-	612.380
Acréscimos de proveitos (Nota 50)	3.745	-	-	-	-	3.745
	815.903	1.222.418	1.713.180	-	-	3.751.501
Passivo :						
Fornecedores conta corrente (Nota 51)	6.300	-	-	-	-	6.300
Fornecedores de imobilizado (Nota 51)	-	-	-	-	49.439	49.439
Outros credores (Nota 51)	491.197	-	-	-	-	491.197
Acréscimos de custos (Nota 52)	48.729	-	45.375	-	-	94.104
	546.226	-	45.375	-	49.439	641.040
Custos e perdas:						
Fornecimentos e serviços externos (Nota 53)	1.023.331	-	181.500	-	-	1.204.831
Juros e custos similares (Nota 45)	1.300	-	-	-	2.568	3.868
	1.024.631	-	181.500	-	2.568	1.208.699
Proveitos e ganhos:						
Juros e proveitos similares (Nota 45)	27.809	62.291	-	-	-	90.100
	27.809	62.291	-	-	-	90.100
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505	1.463.184	17.921	550	2.900.255
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	244.095	1.174.505				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)17. TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica corresponde a Unidades de Participação do Fundo de Investimento Mobiliário Caixagest Moeda, com um custo de aquisição de 612.380 Euros. Nas mesmas datas, o valor de mercado destas Unidades de Participação era superior ao correspondente valor de balanço em 42.764 Euros e 29.007 Euros, respectivamente.

34. MOVIMENTO NAS PROVISÕES

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram constituídas “Provisões para riscos e encargos” nos montantes de 11.580 Euros e 32.101 Euros, respectivamente, para fazer face a eventuais contingências decorrentes da actividade da Sociedade. Estas provisões não são aceites como custos para efeitos fiscais (Nota 6).

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o capital da Sociedade encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 600.000 acções com o valor nominal de 5 Euros cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o capital da Sociedade é integralmente detido pela Caixa – Gestão de Activos, SGPS, S.A..

40. VARIAÇÃO NAS OUTRAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, o movimento ocorrido nas outras rubricas de capital próprio, foi o seguinte:

	Reservas			Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício
	Legais	Livres	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2005	212.840	416.650	629.490	144.884	231.181
Distribuição do resultado do exercício anterior:					
Transferência para reservas	23.118	208.063	231.181	-	(231.181)
Resultado do exercício de 2006	-	-	-	-	350.061
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	235.958	624.713	860.671	144.884	350.061
Distribuição do resultado do exercício anterior:					
Transferência para reservas	35.006	215.055	250.061	-	(250.061)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(100.000)
Resultado do exercício de 2007	-	-	-	-	896.900
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	270.964	839.768	1.110.732	144.884	896.900

A Sociedade constitui uma reserva legal por afectação de 10% do resultado líquido de cada exercício, até à concorrência do capital. De acordo com a legislação em vigor, esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, podendo ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas, ou ser incorporada no capital.

Em 30 de Março de 2007, foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de 100.000 Euros.

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os custos com o pessoal têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Remunerações dos empregados	177.795	172.215
Encargos sobre remunerações	39.374	37.821
Prémios a pagar aos empregados (Nota 52)	14.725	9.971
Contribuições para pensões (Nota 55)	3.143	2.981
Outros	20.809	18.078
	-----	-----
	258.371	241.066
	=====	=====

Durante os exercícios de 2007 e 2006, não foram atribuídas quaisquer remunerações ou incorridos outros encargos relativamente aos membros do Conselho de Administração.

Nos exercícios de 2007 e 2006, a rubrica de “Prémios a pagar aos empregados” refere-se à provisão constituída para fazer face às remunerações adicionais a pagar em 2008 e 2007, respectivamente, mas relativas ao desempenho dos colaboradores com vínculo contratual para com a Sociedade no ano anterior.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)44. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Comissões de gestão e administração dos fundos de pensões:		
. Fundo Caixa Reforma Activa	1.579.292	1.220.948
. Fundo CGD	1.038.071	907.895
. Fundo Finibanco	177.754	83.633
. Fundo Império – Bonança	106.807	106.178
. Fundo Caixa Reforma Valor	85.013	35.401
. Fundo Galp Energia	80.722	71.679
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	75.306	-
. Fundo Sojornal e Associadas	29.475	29.050
. Fundo Gestnave	19.793	15.791
. Fundo Caixa BI	19.382	20.714
. Fundo INE	18.326	16.466
. Fundo Euronext Lisbon	12.477	12.330
. Fundo Caixa Leasing e Factoring	6.312	6.053
. Fundo CMVM	6.154	5.234
. Fundo Interbolsa	4.188	4.273
. Fundo CPR	570	198
	-----	-----
	3.259.642	2.535.843
	-----	-----
Comissões de depósito:		
. Fundo CPR	223	137
	----	----
Comissões de subscrição:		
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	1.366	-
. Fundo Caixa Reforma Activa	1.276	-
. Fundo Caixa Reforma Valor	11	-
	-----	--
	2.653	-
	-----	--
Comissões de resgate:		
. Fundo Caixa Reforma Activa	24.196	-
. Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	1.206	-
. Fundo Caixa Reforma Valor	485	-
	-----	--
	25.887	-
	-----	--
Comissões de transferência:		
. Fundo Caixa Reforma Activa	1.537	-
. Fundo Caixa Reforma Valor	50	-
	-----	--
	1.587	-
	-----	--
Compensação relativa às contribuições da Sociedade para o Instituto de Seguros de Portugal (Nota 3. f)):		
. Fundo CGD	58.025	47.330
. Fundo Gestnave	3.092	3.361
. Fundo Finibanco	2.109	11.994
. Fundo Euronext Lisbon	166	500
. Fundo Caixa BI	144	143
. Fundo Interbolsa	-	133
. Fundo INE	91	100
. Fundo Caixa Leasing e Factoring	16	54
	-----	-----
	63.643	63.615
	-----	-----
	3.353.635	2.599.595
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Custos com aplicações financeiras	8.605	-
Juros de contratos de locação financeira	2.568	1.294
Comissões por serviços bancários	1.300	900
Outros	484	-
	-----	-----
	12.957	2.194
Resultados financeiros	188.609	141.030
	-----	-----
	201.566	143.224
	=====	=====
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:		
. Juros de depósitos à ordem	25.618	13.188
. Juros de depósitos a prazo	2.191	-
. Bilhetes do tesouro	-	8.632
. Obrigações de entidades privadas	-	564
. Outros	175	171
	-----	-----
	27.984	22.555
	-----	-----
Ganhos na alienação de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras	-	1.275
	--	-----
Outros juros e proveitos similares:		
. Rendimentos de unidades de participação	173.582	119.394
	-----	-----
	201.566	143.224
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	200	400
Alienação de investimentos financeiros	131	-
Multas e penalidades	125	200
Abates de imobilizado	110	-
	-----	-----
	566	600
	===	===
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Alienação de imobilizado	8.644	-
Excesso de estimativa de imposto (Nota 6)	1.065	48
Alienação de investimentos financeiros	-	725
	-----	-----
	9.709	773
Resultados extraordinários	(9.143)	(173)
	-----	-----
	566	600
	===	===

48. DÍVIDAS DE TERCEIROS – CURTO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Clientes, conta corrente		
. Galp Energia	49.840	43.840
. Finibanco	1.039	5.000
. Companhia Portuguesa de Resseguros	40	199
. Caixa Leasing e Factoring	-	550
	-----	-----
	50.919	49.589
	-----	-----
Estado e outros entes públicos:		
. Outros	100	100
	-----	-----
Outros devedores		
. Empréstimos a colaboradores	5.454	9.019
. Adiantamentos a colaboradores	500	-
. Sogrupos III – Gestão de Activos, ACE	-	17.921
. Outros	169	155
	-----	-----
	6.123	27.095
	-----	-----
	57.142	76.784
	=====	=====

A rubrica “Clientes, conta corrente” reflecte o valor de comissões de gestão financeira e de gestão técnica e administrativa que, nos termos dos contratos de gestão dos respectivos Fundos, são debitadas directamente aos Associados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)49. DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica refere-se a depósitos à ordem e a prazo domiciliados na Caixa Geral de Depósitos, S.A.. Nas mesmas datas, os depósitos à ordem eram remunerados às taxas anuais de 4,09% e 3,42%, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2007, o depósito a prazo, com vencimento em Janeiro de 2008, era remunerado à taxa anual de 6,8%.

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - ACTIVO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Acréscimos de proveitos:		
· Valor a receber dos Fundos relativo à taxa a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal:		
- Fundo CGD	37.596	24.598
- Fundo Gestnave	1.546	1.680
- Fundo Finibanco	239	11.994
- Fundo Euronext Lisbon	166	500
- Fundo INE	91	100
- Fundo Caixa Leasing e Factoring	16	53
- Fundo Interbolsa	-	133
· Juros de depósitos bancários a receber	3.745	-
· Outros acréscimos de proveitos	41	-
· Comissões de gestão a receber:		
- Fundo Caixa Reforma Activa	817.477	689.750
- Fundo CGD	270.233	236.836
- Fundo Caixa Reforma Valor	48.446	23.350
- Fundo Finibanco	42.568	21.443
- Fundo Império – Bonança	30.515	25.122
- Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	8.080	-
- Fundo Sojornal e Associadas	7.419	7.365
- Fundo Galp Energia	7.127	6.371
- Fundo Caixa BI	7.004	6.557
- Fundo Gestnave	5.703	4.508
- Fundo INE	4.359	3.945
- Fundo Euronext Lisbon	4.023	5.701
- Fundo CMVM	1.762	1.493
- Fundo Caixa Leasing e Factoring	1.559	6.760
- Fundo Interbolsa	1.049	1.713
- Fundo CPR	142	-
	-----	-----
	1.300.906	1.079.972
Custos diferidos	11.094	12.697
	-----	-----
	1.312.000	1.092.669
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)51. DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Fornecedores, conta corrente		
. Auditores externos	30.140	-
. PME Link	21.010	-
. Caixa Geral de Depósitos, S.A.	6.300	20.123
. Watson Wyatt	1.509	19.659
. Honorários a pagar a advogados	-	28.280
. Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A.	-	21.163
. Outros	11.186	18.165
	-----	-----
	70.145	107.390
	=====	=====
Fornecedores de imobilizado:		
. Fornecedores de imobilizado em regime de locação financeira (Nota 15)	49.439	69.660
. Outros	2.844	9.904
	-----	-----
	52.283	79.564
	=====	=====
Estado e outros entes públicos:		
. IRC a pagar	207.874	74.687
. Retenção de impostos sobre outros rendimentos	4.999	9.182
. Contribuições para a Segurança Social	4.146	4.063
	-----	-----
	217.019	87.932
	=====	=====
Outros credores:		
. Comissão de comercialização	474.059	390.638
. Cedência de pessoal	17.138	16.405
. Outros	1.782	-
	-----	-----
	492.979	407.043
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o imposto sobre o rendimento a pagar tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 6)	327.702	142.231
Pagamentos por conta	(89.136)	(45.084)
Retenções na fonte efectuadas por terceiros	(30.692)	(22.460)
	-----	-----
Imposto a pagar	207.874	74.687
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica “Comissão de comercialização” respeita à comissão a pagar à CGD pela função de comercialização das unidades de participação dos Fundos de Pensões Abertos “Caixa Reforma Activa”, “Caixa Reforma Valor” e “Caixa Reforma Garantida 2022”, referente ao segundo semestre de 2007 (Nota 53).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)52. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS - PASSIVO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Acréscimos de custos:		
. Taxa a pagar ao Instituto de Seguros de Portugal		
- Fundo CGD	37.596	24.598
- Fundo Caixa Reforma Activa	5.736	7.961
- Fundo Império – Bonança	2.797	2.677
- Fundo Gestnave	1.546	1.680
- Fundo Caixa Reforma Valor	1.464	1.299
- Fundo Galp Energia	324	258
- Fundo CMVM	316	200
- Fundo Finibanco	239	11.994
- Fundo Euronext Lisbon	166	500
- Fundo INE	91	100
- Fundo Caixa Leasing e Factoring	16	53
- Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	2	-
- Fundo Interbolsa	-	133
. Estudos actuariais	110.075	42.170
. Provisão para férias e subsídio de férias	55.772	54.349
. Assessoria – gestão de patrimónios (Nota 53)	45.375	45.375
. Prémios a pagar aos empregados	32.025	32.025
. Contribuições para fundos de pensões (Nota 55)	662	702
. Outros	45.654	43.995
	-----	-----
	339.856	270.069
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica “Prémios a pagar aos empregados” inclui a provisão constituída para fazer face às remunerações adicionais a pagar em 2008, mas relativas ao desempenho dos colaboradores no ano anterior, do pessoal com vínculo contratual para com a Sociedade e do pessoal cedido pela CGD, nos montantes de 14.725 Euros e 17.300 Euros, respectivamente (14.725 Euros e 17.300 Euros, respectivamente, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006).

53. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Trabalhos especializados:		
- Comissão de comercialização (Nota 51)	726.316	685.582
- Remunerações pagas à Caixa Geral de Depósitos, S.A.	222.403	235.387
- Estudos actuariais	160.501	225.028
- Contrato de assessoria – Caixagest	181.500	181.500
- Sogrupos III – Gestão de Activos, ACE	-	16.511
- Outros	190.590	142.194
Honorários	36.355	124.681
Publicidade	231.266	93.597
Rendas e alugueres	74.612	59.332
Comunicação	44.869	20.426
Limpeza, higiene e vigilância	14.376	11.119
Electricidade e água	8.464	7.759
Seguros	3.562	4.325
Conservação	932	2.433
Despesas de representação	1.660	928
Outros	24.795	23.078
	-----	-----
	1.922.201	1.833.880
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)

As remunerações pagas à Caixa Geral de Depósitos, S.A. referem-se aos salários de colaboradores desta entidade que se encontram a desempenhar funções na CGD Pensões (Nota 7).

A Sociedade celebrou com a Caixagest – Técnicas de Gestão de Fundos, S.A. um contrato de consultoria em matéria de investimentos, mediante o qual a Sociedade paga uma remuneração pelo aconselhamento sobre a composição das carteiras de valores mobiliários dos Fundos.

A Sociedade participava num Agrupamento Complementar de Empresas denominado Sogruppo III – Gestão de Activos, A.C.E. (ACE), cujo objecto principal consistia na prestação, a cada uma das Agrupadas e na medida da respectiva solicitação, de serviços de natureza administrativa e de gestão de meios e recursos, necessários à realização dos respectivos objectos sociais. Deste modo, a Sociedade era debitada pela sua quota-parte nas despesas de funcionamento do ACE, sendo esses montantes reflectidos na rubrica “Trabalhos especializados”. O ACE foi liquidado no decurso do exercício de 2006.

54. FUNDOS DE PENSÕES GERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica refere-se aos valores patrimoniais dos Fundos de Pensões geridos pela Sociedade, apresentando a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Fundo CGD	1.106.441.211	955.302.420
Fundo Caixa Reforma Activa	133.374.073	120.310.635
Fundo Império – Bonança	70.660.834	69.912.270
Fundo Finibanco	69.469.869	56.389.045
Fundo Caixa Reforma Garantida 2022	12.248.018	-
Fundo Gestnave	11.038.485	8.593.247
Fundo Caixa Reforma Valor	10.015.591	6.115.432
Fundo Galp Energia	9.632.619	8.610.899
Fundo Sojornal e Associadas	6.504.451	6.507.567
Fundo Euronext Lisbon	6.011.270	5.482.825
Fundo CMVM	5.224.924	4.523.288
Fundo INE	3.615.337	3.328.174
Fundo Caixa BI	2.822.109	2.461.584
Fundo Caixa Leasing e Factoring	2.448.150	2.360.273
Fundo Interbolsa	2.044.353	1.996.593
Fundo CPR	737.603	768.762
	-----	-----
	1.452.288.897	1.252.663.014
	=====	=====

55. RESPONSABILIDADE COM PENSÕES

A Sociedade subscreveu um plano de pensões que se consubstancia num plano de contribuição definida, independente da Segurança Social, tendo como objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez, bem como pensões de sobrevivência imediata. Este benefício para os colaboradores / participantes da Sociedade traduz-se numa pensão resultante da aquisição de um seguro de renda vitalícia imediata, à data da reforma e com o saldo então existente na sua conta individual.

Este plano abrange os colaboradores da Sociedade que se encontravam em funções à data do contrato, bem como aqueles admitidos em data posterior que tenham completado um mínimo de dez anos consecutivos ao serviço da Sociedade, contados a partir da data da respectiva admissão. A idade normal de reforma coincide com a data em que o participante adquire o direito a uma pensão da segurança social por velhice.

A remuneração para efeitos de apuramento das contribuições é composta pelo vencimento base, acrescida dos subsídios de isenção de horário de trabalho e de disponibilidade e de outras remunerações auferidas a título regular. Como tempo de serviço é considerado o número de anos completos e consecutivos ao serviço da Sociedade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)

O financiamento do plano de pensões fica totalmente a cargo da Sociedade, através da contribuição inicial e das contribuições trimestrais. A contribuição inicial a favor de cada participante foi calculada da seguinte forma:

$$2\% * N * \text{remuneração mensal} * 12$$

N corresponde ao tempo de serviço.

A contribuição trimestral é calculada da seguinte forma:

$$2\% * \text{remuneração mensal} * 3$$

A Sociedade poderá ainda, sempre que entender, efectuar contribuições extraordinárias.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, a Sociedade reconheceu em "Custos com o pessoal" os seguintes montantes (Nota 43):

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Primeiro ao terceiro trimestres	2.481	2.279
Quarto trimestre (Nota 52)	662	702
	-----	-----
	3.143	2.981
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as contribuições tinham sido investidas em unidades de participação do Fundo Caixa Reforma Valor e do Fundo Caixa Reforma Activa, com o seguinte detalhe:

	<u>Número de</u> <u>unidades de participação</u>		<u>Valor de mercado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Fundo Caixa Reforma Valor	2.942	2.711	16.338	14.580
Fundo Caixa Reforma Activa	336	297	4.104	3.534
	-----	-----	-----	-----
	3.278	3.008	20.442	18.114
	=====	=====	=====	=====

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA

NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

Ao Conselho de Administração da
CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Exmos. Senhores,

1. O presente relatório é emitido nos termos da alínea a) do nº 1 do Artigo 52º do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro.
2. Procedemos à revisão legal das contas da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (“Sociedade”) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que não inclui reservas ou ênfases.
3. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:
 - (1) Acompanhamento da gestão e actividade da Sociedade, através da participação em reuniões, da leitura das actas relevantes e da obtenção de informações dos seus responsáveis, tendo sido solicitados os esclarecimentos que considerámos necessários.
 - (2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Sociedade, as quais se encontram divulgadas no anexo às demonstrações financeiras.
 - (3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos e o respectivo anexo, com as normas de contabilidade geralmente aceites em Portugal.
 - (4) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - (5) Análise do sistema de controlo interno, com vista à determinação do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

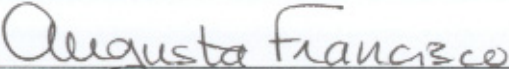
• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

- (6) Realização de testes de validação de saldos, transacções e outras informações com a extensão e profundidade que considerámos adequadas em função da materialidade dos valores envolvidos, dos quais destacamos:
- (a) Verificação das adições do exercício no que se refere aos principais elementos do imobilizado corpóreo, tendo procedido igualmente ao recálculo das amortizações.
 - (b) Verificação da carteira de investimentos financeiros e de títulos negociáveis da Sociedade, ao nível da sua existência e da respectiva valorização.
 - (c) Confirmação por escrito de saldos mantidos com terceiros. Quando aplicável, análise e teste das reconciliações preparadas pela Sociedade e aplicação de procedimentos alternativos nos casos de ausência de resposta de terceiros.
 - (d) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Sociedade.
 - (e) Solicitação directa e por escrito a advogados e outras entidades, de informações sobre pleitos judiciais ou extra judiciais, responsabilidades contingentes importantes, bem como honorários em dívida.
 - (f) Análise das situações que justificam o registo de ajustamentos para redução de activos e a constituição de provisões para passivos e/ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.
 - (g) Análise da situação fiscal e para-fiscal, bem como da contabilização dos impostos e taxas aplicáveis.
 - (h) Análise da situação relativa aos benefícios de reforma.
 - (i) Análise e teste ao apuramento da remuneração de gestão cobrada pela Sociedade aos Fundos de pensões geridos.
 - (j) Análise e teste às várias rubricas de custos, proveitos, perdas e ganhos do exercício, com particular atenção à sua classificação na demonstração dos resultados e à sua especialização entre anos.
 - (k) Análise das transacções e saldos com as entidades relacionadas.
 - (l) Obtenção da declaração de responsabilidade por parte do Conselho de Administração.
- (7) Apreciamos a conformidade do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras do exercício, o qual satisfaz os requisitos legais e estatutários aplicáveis.

4. Em consequência do exame efectuado e respectivas conclusões incluídas na nossa Certificação Legal das Contas, nada temos a reportar que não esteja já referido nos documentos de prestação de contas da Sociedade e nos relatórios por nós subscritos.

Lisboa, 10 de Março de 2008



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista da

CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

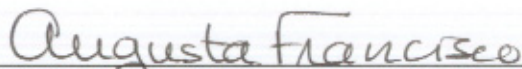
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Sociedade ao longo do exercício em apreço, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2007, as demonstrações dos resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2007 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, a qual não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 10 de Março de 2008



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (Sociedade inserida no Grupo Caixa Geral de Depósitos), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2007 que evidencia um total de 6.368.479 Euros e capitais próprios de 5.152.516 Euros, incluindo um resultado líquido de 896.900 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e de origem e aplicação de fundos para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

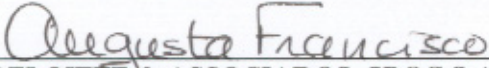
Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. em 31 de Dezembro de 2007, bem como o resultado das suas operações e a origem e aplicação dos seus fundos no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 10 de Março de 2008


DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por Maria Augusta Cardador Francisco

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 1º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu